

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Por que é um PAA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, que pode ocorrer manualmente (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e por meios automáticos, através de sensores instalados por terceiros.

Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes para o reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a obtenção de confirmação das operadoras de arrecadação automática, para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de uma expectativa independente, para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Por que é um PAA

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 9 e nº 2.10 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, a fim de concluir se os critérios de capitalização foram ou não atendidos. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) o entendimento do desenho dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, e confronto com os contratos de prestações de serviços, notas fiscais relacionadas, e/ou outras documentações aplicáveis; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nas normas aplicáveis; e (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificados ajustes, sobre a razoabilidade da capitalização de alguns gastos efetuados durante o exercício, decorrentes de deficiências de controles internos relacionadas à necessidade de aperfeiçoamento no processo de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que nos levaram a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Tais situações foram comunicadas à Administração, que, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

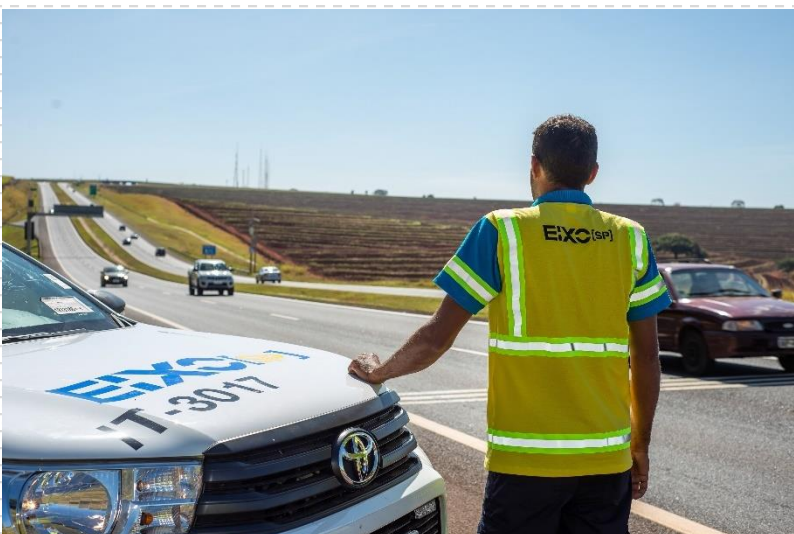
São Paulo, 28 de fevereiro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0



Relatório da Administração

2023

São Carlos, 28 de fevereiro de 2024.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2023.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Contexto Operacional relacionados ao Coronavírus

Compensação financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia já havia consumido o montante de R\$110.490 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$137.544.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	31/12/2023		31/12/2022		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs¹	66.576	56.946	61.442	56.968	8%	0%
Veículos Leves	22.622	27.678	20.794	26.355	9%	5%
Veículos Pesados	43.954	29.268	40.648	30.613	8%	-4%
Tráfego²	33.361	36.383	31.023	35.355	8%	3%
Veículos Leves	22.939	28.360	21.069	26.948	9%	5%
Veículos Pesados	10.197	7.553	9.714	7.927	5%	-5%
Veículos Isentos	225	470	240	479	-7%	-2%
Tarifa Média (R\$)	8,71	7,46	8,39	7,14	4%	5%

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

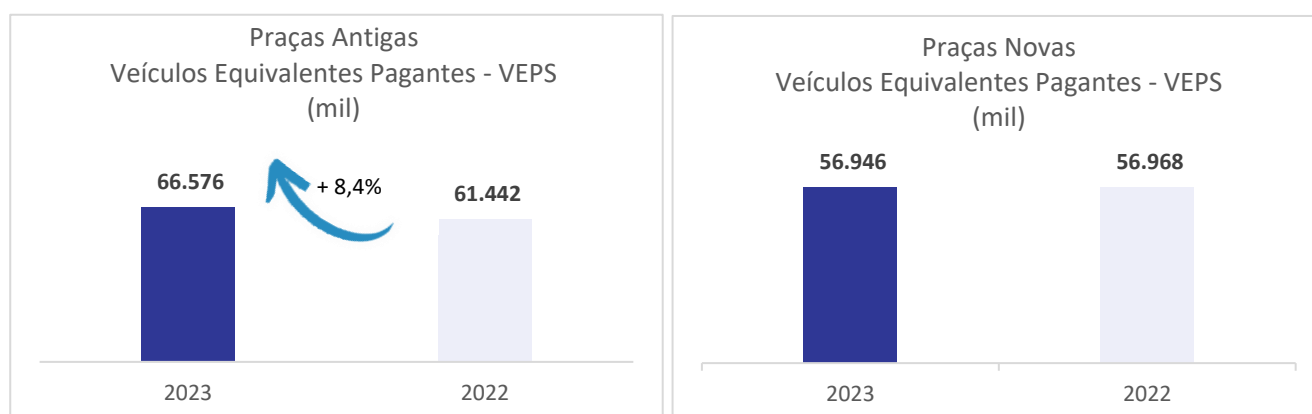
² Refere-se à quantidade de veículos que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/23 sobre Jan-Dez/22): Brasil	6,9%	2,9%	5,9%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

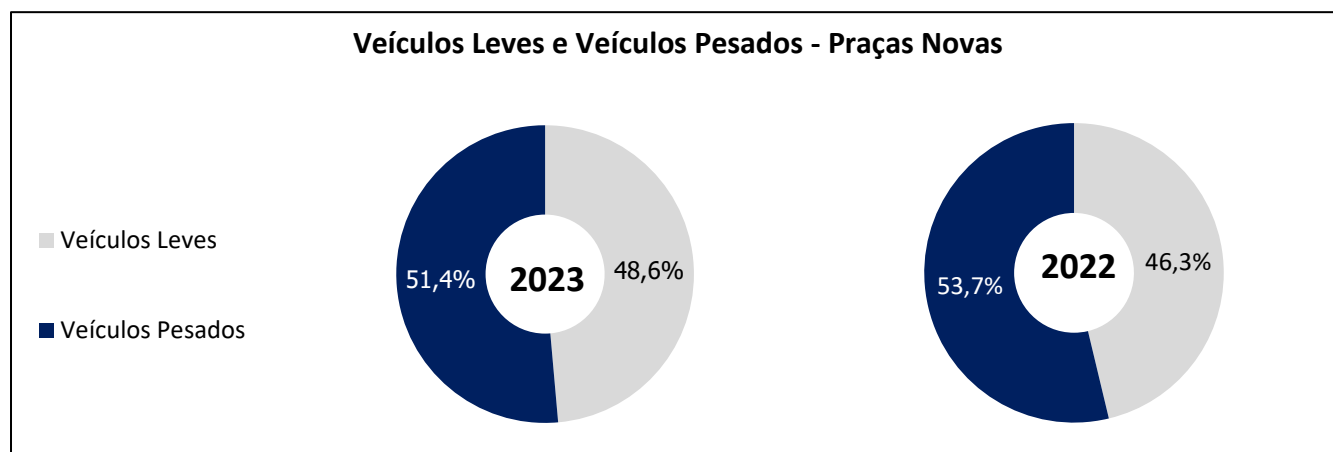
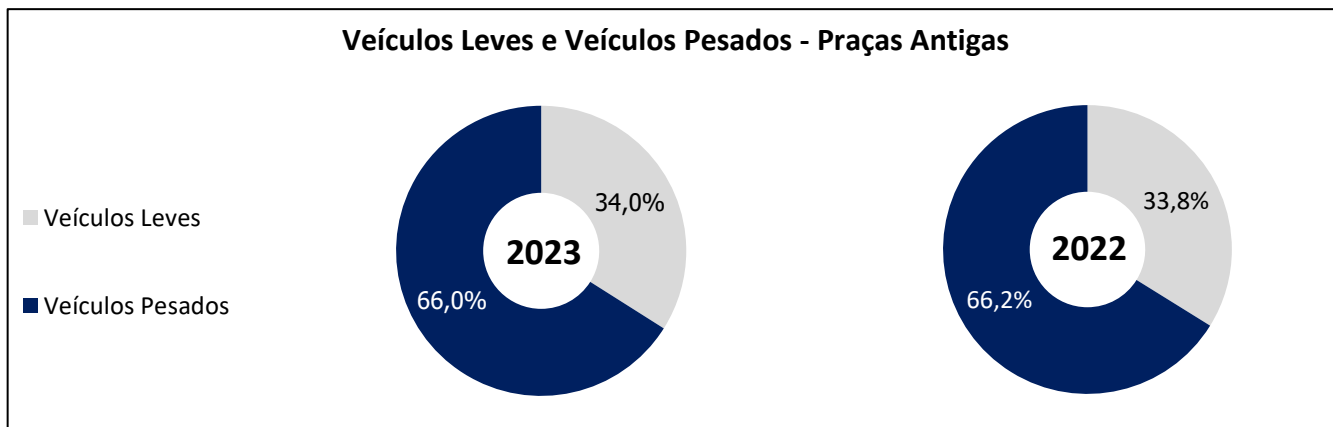
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 5,9% no fluxo total de veículos no ano de 2023, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 6,9% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



No exercício de 2023, as praças de pedágio da EIXO registraram 123,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 4,3% na comparação com o mesmo período de 2022.

A performance de veículos pesados no exercício de 2023, representa cerca de 59,3% do tráfego total¹ (60,2% do tráfego em 2022) e apresentaram um aumento de 2,8% no período comparativo. Da mesma forma, em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 6,7% no mesmo período comparado a 2022.



Os quadros acima referido não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

¹ Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	2023	2022	▲
Receita Bruta	1.468.252	1.286.535	14%
Receita com Pedágio	997.181	889.515	12%
Receitas Acessórias	4.638	4.590	1%
Receita de Construção (IFRS)	466.433	392.430	19%
Receita Bruta Ajustada¹	1.001.819	894.105	12%
Deduções da Receita Bruta	(86.153)	(76.983)	12%
Receita Líquida Ajustada¹	915.666	817.122	12%

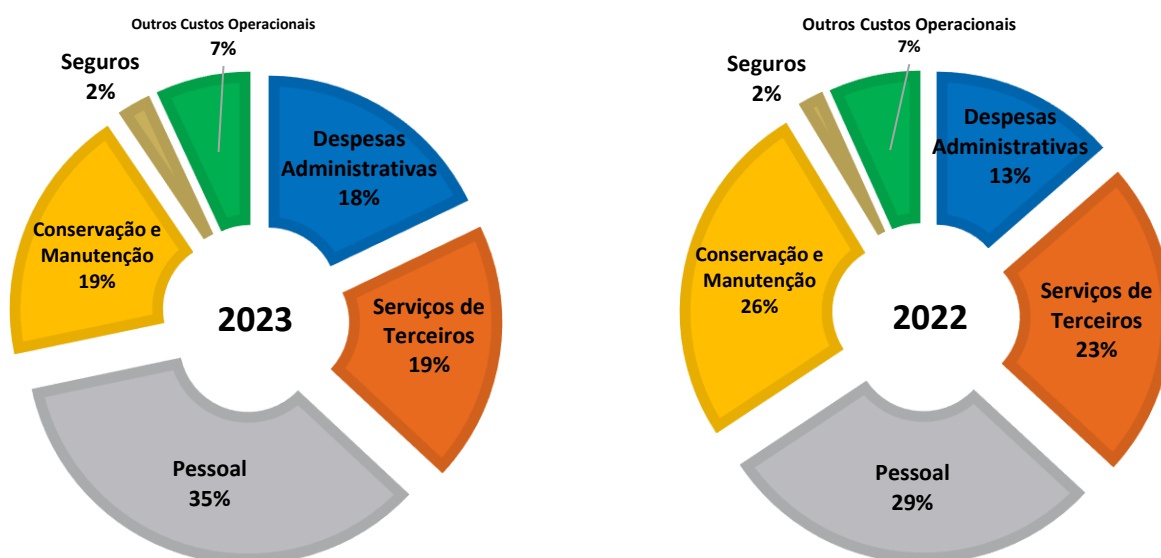
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Mil)	2023	2022	▲
Pessoal	(86.279)	(69.165)	25%
Conservação e Manutenção	(46.846)	(61.615)	-24%
Serviços de Terceiros	(47.425)	(55.983)	-15%
Seguros	(6.234)	(4.580)	36%
Outros Custos Operacionais	(17.204)	(16.223)	6%
Despesas Administrativas	(44.396)	(32.630)	36%
Custos e Despesas Administráveis	(248.384)	(240.196)	3%
Ônus de Fiscalização e Variável	(84.694)	(75.541)	12%
Depreciação e Amortização	(171.560)	(142.654)	20%
Provisão para Contingências	(5.982)	(6.358)	-6%
Custos e Despesas Administrativas Ajustados¹	(510.620)	(464.749)	10%
Custo de Construção (IFRS)	(466.433)	(392.430)	19%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(100.849)	(104.280)	-3%
Custos e Despesas Administrativas	(1.077.902)	(961.459)	12%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



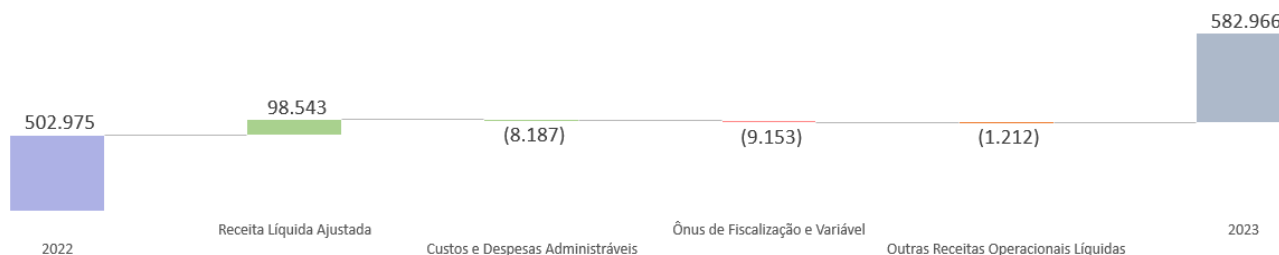
Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do *budget* da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	2023	2022	▲
Lucro Líquido	83.041	33.596	147,2%
Resultado Financeiro Líquido	177.723	174.692	1,7%
IRPJ & CSLL	43.811	41.395	5,8%
Depreciação & Amortização	171.560	142.654	20,3%
EBITDA RCVM 156/22	476.135	392.337	21,4%
Margem EBITDA	34,5%	32,4%	2,1 p.p.
Receita de Construção (IFRS)	(466.433)	(392.430)	18,9%
Custo de Construção (IFRS)	466.433	392.430	18,9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	100.849	104.280	-3,3%
Provisão para Contingências	5.982	6.358	-5,9%
EBITDA Ajustado¹	582.966	502.975	15,9%
Margem EBITDA Ajustado¹	63,7%	61,6%	2,1 p.p.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 582,9 milhões no exercício de 2023, um aumento de 15,9% em relação ao mesmo período de 2022, a Margem EBITDA Ajustada aumentou 2,1 pontos percentuais ("p.p."). O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.

Variação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2023	2022	▲
Resultado Financeiro	(177.723)	(174.692)	1,7%
Receitas Financeiras	75.428	23.020	227,7%
Provisão para manutenção - AVP	3.253	9.438	(65,5%)
Receita de aplicações financeiras	70.628	13.249	433,1%
Outros	1.547	333	364,3%
Despesas Financeiras	(253.151)	(197.712)	28,0%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(180.174)	(119.381)	50,9%
Provisão para manutenção - AVP	(10.709)	(31.673)	(66,2%)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(19.237)	(18.058)	6,5%
Despesas bancárias	(36.254)	(24.162)	46,7%
Outros	(6.777)	(4.438)	50,7%

Inflação e Juros	2023	2022	▲
IPCA Últimos 12 Meses	4,62%	5,79%	-20%
CDI Final do Exercício	11,65%	13,65%	-15%
TJLP Média Últimos 12 meses	7,05%	6,78%	-4%

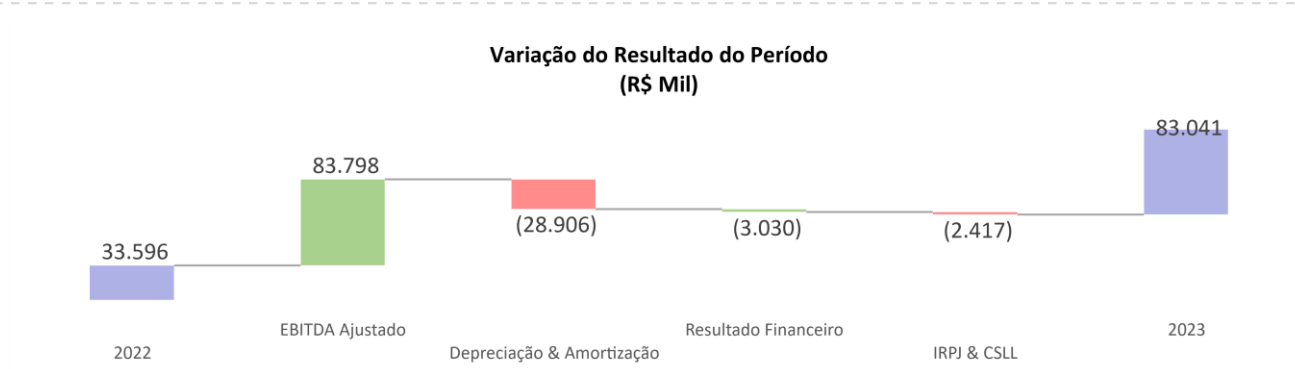
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

<http://estatisticas.cetip.com.br>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	2023	2022	▲
Lucro Líquido do Exercício	83.041	33.596	147%



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	2023	2022	▲
Dívida Bruta	2.107.895	1.694.743	24%
Curto Prazo	2.880	2.604	11%
Empréstimos e Financiamentos – BNDES FINEM	2.158	1.761	23%
Debêntures – BNDES	722	843	-14%
Longo Prazo	2.105.015	1.692.139	24%
Empréstimos e Financiamentos – BNDES FINEM	1.057.289	718.704	47%
Debêntures – BNDES e Partes Relacionadas	1.047.726	973.435	8%
Disponibilidades	605.559	245.101	147%
Caixa e Equivalente de Caixa	562.216	212.552	165%
Aplicações Financeiras Vinculadas (a)	43.343	32.549	33%
Dívida Líquida Ajustada	1.502.336	1.449.642	4%

(a) O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA e as Aplicações Financeiras Vinculadas são destinadas exclusivamente para a amortização deste financiamento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	2023	2022	▲
Investimento Total	3.035.567	2.656.608	14%
Imobilizado	77.195	69.884	10%
Intangível	2.958.372	2.586.724	14%
Direito de Concessão (Investimento)	2.948.158	2.579.842	14%
Direito de Uso	10.214	6.882	48%

Os investimentos realizados em 2023 estão representados principalmente pela implantação de duplicação de pistas e vias marginais, bem como melhorias que visam reestabelecer as condições estruturais da rodovia como sinalização, drenagem e terraplenos, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, conservação de obra de arte especial e recapeamento, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, PGF's, parada de ônibus, entre outros.

ACOMPANHAMENTO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.
- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B)

A Companhia demonstra abaixo a evolução dos indicadores do contrato de financiamento, cuja próxima mensuração dar-se-á em junho de 2025:

Data Apuração	31/12/2023		31/12/2022	
EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado
Lucro Líquido	83.041	168.471	33.596	85.431
Resultado Financeiro Líquido	177.723	488.309	174.692	310.585
IRPJ & CSLL	43.811	88.262	41.395	44.451
Depreciação & Amortização	171.560	442.649	142.653	271.089
EBITDA RCVM 156/22	476.135	1.187.691	392.337	711.556
Receita de Construção (IFRS)	(466.433)	(2.007.721)	(392.430)	(1.541.289)
Custo de Construção (IFRS)	466.433	2.007.721	392.430	1.541.289
Apropriação Despesas Antecipadas	(974)	(4.057)	(538)	(3.084)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa ¹	14.576	31.444	707	16.868
Provisão de Manutenção (IFRS)	100.849	265.959	104.280	165.109
Provisão para Contingências	5.982	13.402	6.358	7.420
EBITDA Ajustado²	596.568	1.494.439	503.144	897.869
Ebitda ajustado (na data-base de 31/12/2020)	497.593	1.316.219	438.411	818.626
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)	-	969.204	-	969.204
Total	497.593	2.285.423	438.411	1.787.830

¹ Desconsidera os impactos da Folha de Pagamentos (provisão de férias, 13º salário, PLR, encargos) e provisão de fornecedores.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção, aos efeitos das despesas antecipadas e dos demais custos e despesas sem efeito caixa.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 – Parque Faber - São Carlos/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de

Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (WI-FI) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 31 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	2023	2022	▲
Receita Bruta	1.468.252	1.286.535	14%
Receitas com Pedágio	997.181	889.515	12%
Receitas Acessórias	4.638	4.590	1%
Receita de Construção (IFRS)	466.433	392.430	19%
Deduções da Receita	(86.153)	(76.983)	12%
Receita Líquida	1.382.099	1.209.552	14%
Custos & Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas	(1.077.524)	(959.869)	12%
Pessoal	(86.279)	(69.165)	25%
Conservação & Manutenção	(46.846)	(61.615)	(24%)
Serviços de Terceiros	(47.425)	(55.983)	(15%)
Seguros	(6.234)	(4.580)	36%
Outros Custos Operacionais	(17.204)	(16.223)	6%
Ônus de Fiscalização	(84.694)	(75.541)	12%
Despesas Administrativas	(44.396)	(32.630)	36%
Provisão para Contingências	(5.982)	(6.358)	(6%)
Custos de Construção (IFRS)	(466.433)	(392.430)	19%
Provisão para manutenção	(100.849)	(104.280)	(3%)
Depreciação & Amortização	(171.560)	(142.654)	20%
Outras receitas operacionais líquidas	378	1.590	(76%)
Resultado Operacional	304.575	249.683	22%
Resultado Financeiro	(177.723)	(174.692)	2%
Receitas Financeiras	75.428	23.020	228%
Provisão para manutenção - AVP	3.253	9.438	(66%)
Receita de aplicações financeiras	70.628	13.249	433%
Outros	1.547	333	364%
Despesas Financeiras	(253.151)	(197.712)	28%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(180.174)	(119.381)	51%
Provisão para manutenção - AVP	(10.709)	(31.673)	(66%)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(19.237)	(18.058)	7%
Despesas bancárias	(36.254)	(24.162)	47%
Outros	(6.777)	(4.438)	51%
Resultado Antes dos Impostos	126.852	74.991	69%
IRPJ & CSLL	(43.811)	(41.395)	6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(71.101)	(56.177)	27%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.290	14.782	85%
Lucro Líquido do Exercício	83.041	33.596	147%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	31/12/2023	31/12/2022	Passivo (R\$ Mil)	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	562.216	212.552	Fornecedores	87.713	47.130
Aplicações financeiras vinculadas	18.534	12.274	Empréstimos e financiamentos	2.158	1.761
Contas a Receber	61.983	58.041	Debêntures	722	843
Estoques	5.735	4.447	Credor pela concessão	190.803	33.002
Adiantamentos a Fornecedores	2.229	2.480	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	22.293	13.482
Despesas Antecipadas	4.057	3.084	Impostos, taxas e contribuições	27.862	12.524
Impostos a Recuperar	6.361	2.466	Adiantamento de clientes	2.312	2.108
Outros Ativos	273	173	Seguros e garantias	225	95
Partes relacionadas	541	252	Passivo de arrendamento	5.436	3.863
			Partes relacionadas	2.154	1.272
			Provisão para manutenção	139.515	119.142
			Outras contas a pagar	368	598
Total do Circulante	661.929	295.769	Total do Circulante	481.561	235.820
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	24.809	20.275	Empréstimos e financiamentos	1.039.936	685.814
Impostos Diferidos	65.363	38.073	Debêntures	405.075	383.215
Depósitos judiciais	19.106	750	Debêntures - Partes Relacionadas	637.825	581.694
Outras Contas a Receber	2.504	-	Passivo de arrendamento	4.189	2.644
Imobilizado	77.195	69.884	Provisão para riscos processuais	14.882	9.058
Intangível	2.948.158	2.579.842	Provisão para manutenção	87.482	57.943
Direito de Uso	10.214	6.882	Dividendos	1.600	811
Total do Não Circulante	3.147.349	2.715.706	Total do Não Circulante	2.190.989	1.721.179
			Total do Passivo	2.672.550	1.956.999
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	969.857	969.857
			Reserva Legal	8.424	4.272
			Reserva de Lucros	158.447	80.347
			Total do Patrimônio Líquido	1.136.728	1.054.476
Total do Ativo	3.809.278	3.011.475	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.809.278	3.011.475

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2023: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho operacional que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	562.216	212.552	Fornecedores	12	87.713	47.130
Aplicações financeiras vinculadas	4	18.534	12.274	Empréstimos e financiamentos	13	2.158	1.761
Contas a receber	5	61.983	58.041	Debêntures	14	722	843
Estoques	6	5.735	4.447	Credor pela concessão	15	190.803	33.002
Adiantamento a Fornecedores		2.229	2.480	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	22.293	13.482
Despesas Antecipadas		4.057	3.084	Impostos, taxas e contribuições	17	27.862	12.524
Impostos a recuperar		6.361	2.466	Adiantamento de clientes		2.312	2.108
Outros ativos		273	252	Seguros e garantias		225	95
Partes relacionadas	18	541	173	Passivo de arrendamento	19	5.436	3.863
Total do ativo circulante		<u>661.929</u>	<u>295.769</u>	Partes relacionadas	18	2.154	1.272
				Provisão para manutenção	20	139.515	119.142
				Outras contas a pagar		368	598
				Total do passivo circulante		<u>481.561</u>	<u>235.820</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	4	24.809	20.275	Empréstimos e financiamentos	13	1.039.936	685.814
Impostos diferidos	7	65.363	38.073	Debêntures	14	405.075	383.215
Depósitos judiciais	8	19.106	750	Debêntures - Partes Relacionadas	14	637.825	581.694
Demais contas a receber		2.504	-	Passivo de arrendamento	19	4.189	2.644
Imobilizado	9	77.195	69.884	Provisão para riscos	21	14.882	9.058
Intangível	10	2.948.158	2.579.842	Provisão para manutenção	20	87.482	57.943
Direito de uso	11	10.214	6.882	Dividendos	22.b	1.600	811
Total do ativo não circulante		<u>3.147.349</u>	<u>2.715.706</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.190.989</u>	<u>1.721.179</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	22	969.857	969.857
				Reserva Legal	22.c	8.424	4.272
				Reserva retenção de lucros	22.d	158.447	80.347
				Total do patrimônio líquido		<u>1.136.728</u>	<u>1.054.476</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.809.278</u>	<u>3.011.475</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.809.278</u>	<u>3.011.475</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/01/2023 até 31/12/2023	01/01/2022 até 31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	23	1.382.099	1.209.552
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(1.024.965)	(919.005)
LUCRO BRUTO		357.134	290.547
Despesa administrativas	24	(52.937)	(42.454)
Outras Receitas Operacionais		378	1.590
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		304.575	249.683
Receitas financeiras	25	75.428	23.020
Despesas financeiras	25	(253.151)	(197.712)
		(177.723)	(174.692)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		126.852	74.991
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(71.101)	(56.177)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	27.290	14.782
LUCRO DO EXERCÍCIO		83.041	33.596
Lucro por ação - básico	26	0,086	0,035
Lucro por ação - diluído	26	0,080	0,032

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	01/01/2023 até 31/12/2023	01/01/2022 até 31/12/2022
LUCRO DO EXERCÍCIO	83.041	33.596
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>83.041</u>	<u>33.596</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital Social		Lucros acumulados	Reservas		Total
	Subscrito	A integralizar		Legal	Retenção de Lucros	
SALDO EM 31/12/2021	1.400.000	(430.143)	-	2.592	48.750	1.021.199
Lucro líquido do exercício	-	-	33.596	-	-	33.596
Destinação do resultado do exercício	-	-	(33.277)	1.680	31.597	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,031 por ação)	-	-	(319)	-	-	(319)
SALDO EM 31/12/2022	1.400.000	(430.143)	-	4.272	80.347	1.054.476
Lucro líquido do exercício	-	-	83.041	-	-	83.041
Destinação do resultado do exercício	-	-	(82.252)	4.152	78.100	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,001 por ação)	-	-	(789)	-	-	(789)
SALDO EM 31/12/2023	1.400.000	(430.143)	-	8.424	158.447	1.136.728

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	23	1.001.819	894.105
Com construção	23	466.433	392.430
Outras receitas		378	1.590
		1.468.630	1.288.125
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	24	(621.262)	(565.694)
Serviços terceiros, seguros e outros	24	(87.472)	(90.220)
Poder concedente	24	(84.694)	(75.541)
Valor adicionado (consumido) bruto		675.202	556.670
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	24	(171.560)	(142.654)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		503.642	414.016
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	25	75.428	23.020
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		579.070	437.036
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		63.628	50.536
Benefícios		22.184	12.479
Encargos sociais e trabalhistas		19.782	17.336
Outros encargos		3.289	2.878
	24	108.883	83.229
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo/debênture	25	180.174	119.381
Despesas financeiras	25	72.977	78.331
Aluguéis		4.031	4.121
		257.182	201.833
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	71.101	56.177
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(27.290)	(14.782)
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	23	49.584	44.348
Programa de Integração Social (PIS)	23	6.512	5.811
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	23	30.057	26.824
		129.964	118.378
Atribuído aos acionistas:			
Lucro líquido do exercício		83.041	33.596
VALOR CONSUMIDO		579.070	437.036

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		83.041	33.596
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	24	171.560	142.654
Juros incorridos sobre arrendamento	25	464	646
Impostos diferidos	7	(27.290)	(14.782)
Provisão para riscos	21	5.824	7.804
Provisão para manutenção	20	49.912	117.631
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	25	101.338	42.355
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	25	98.073	95.084
		<u>482.922</u>	<u>424.988</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(3.942)	(11.981)
Estoques		(1.288)	(1.442)
Impostos a recuperar		(3.895)	445
Adiantamento a fornecedores		251	(536)
Despesas antecipadas		(974)	(538)
Outros ativos		(20.682)	(515)
Fornecedores		10.275	648
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		8.811	441
Credor pela concessão		157.801	19.811
Impostos, taxas e contribuições		63.578	49.537
Contas com partes relacionadas		514	(1.046)
Outras contas a pagar		(94)	259
		<u>210.355</u>	<u>55.083</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>693.277</u>	<u>480.071</u>
IRPJ e CSLL pagos no exercício		(48.240)	(50.784)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	13	(46.819)	(36.693)
Amortização de juros debêntures	14	(20.203)	(19.444)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(464)	(646)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>577.551</u>	<u>372.504</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	9 e 30	(26.882)	(47.738)
Aquisições de intangível	10 e 30	(483.013)	(379.843)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(10.794)	(8.993)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(520.689)</u>	<u>(436.574)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	14	300.000	-
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(7.198)	(7.939)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		<u>292.802</u>	<u>(7.939)</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>349.664</u>	<u>(72.009)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		212.552	284.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		562.216	212.552
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>349.664</u>	<u>(72.009)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP.

A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta.
- Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$11,9 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido.

A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias.

2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.5. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável.

2.6.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.6.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício.

2.7. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada “impairment”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.9. “Impairment” (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Receita de contratos com clientes

(a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

(b) Receitas de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros".

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Credor pela concessão

Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.15. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.16. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente.

2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros híbridos

O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente.

O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo.

2.18. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

2.19. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.22. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias.

2.23. Normas contábeis novas e alteradas.

2.23.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente.

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e CPCs aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após:
CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros	01/01/23
Alterações à IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS	01/01/23
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos e Reforma Tributária Internacional	01/01/23
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros	01/01/23

2.23.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('Reverse factoring'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	5.722	5.904
Bancos	7.488	6.500
Aplicações financeiras (i)	<u>549.006</u>	<u>200.148</u>
Total (ii)	<u><u>562.216</u></u>	<u><u>212.552</u></u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2023 e 101% em 31 de dezembro de 2022.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	30.217	19.263
Aplicações vinculadas - Debêntures	13.126	13.286
Total	<u>43.343</u>	<u>32.549</u>
Circulante	18.534	12.274
Não circulante	24.809	20.275
	<u>43.343</u>	<u>32.549</u>

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2023 e 101% em 31 de dezembro de 2022.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	61.905	57.924
Receitas acessórias a receber	78	117
Total	<u>61.983</u>	<u>58.041</u>

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA".

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias e estando todo seu montante como a vencer.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Uniformes e EPIs	2.490	2.252
Manutenção civil e hidráulica	1.232	1.097
Outros	2.013	1.098
Total	<u>5.735</u>	<u>4.447</u>

Em 31 de dezembro de 2023 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda diferido	48.060	27.995
Contribuição social diferida	17.303	10.078
Total	<u>65.363</u>	<u>38.073</u>
2023	-	1.819
2024	9.758	268
Após 2025	55.605	35.986
Total	<u>65.363</u>	<u>38.073</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	13.404	7.449
Provisão de fornecedores	23.931	4.238
Provisão para manutenção	226.997	177.084
Capitalização de juros	(76.566)	(77.900)
Provisão PLR	(292)	(793)
Outras	4.769	1.901
Base de cálculo total	192.243	111.979
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>65.363</u>	<u>38.073</u>

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	129.086	74.991
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u>(43.889)</u>	<u>(25.497)</u>
Ajuste para alíquota efetiva:		
Outras diferenças temporárias	-	(15.960)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(644)	(758)
Outras diferenças permanentes	722	819
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(43.811)</u>	<u>(41.396)</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(71.101)	(56.178)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>27.290</u>	<u>14.782</u>
	<u>(43.811)</u>	<u>(41.396)</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	34%	55%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ações cíveis	51	-
Ações Trabalhistas	1.422	610
Ações de desapropriação (a)	17.633	140
Total	<u>19.106</u>	<u>750</u>

(a) As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294: duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de postos de Serviços de Atendimento aos Usuários – “SAUs”, área de descanso para caminhoneiros e Posto Geral de Fiscalização – “PGFs”.

9. IMOBILIZADO

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Equipamentos de telefonía comercial</u>	<u>Equipamentos para veículos</u>	<u>Caminhões</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
Adições	1.140	21.588	228	5	-	421	2.669	143	26.194
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
Adições	(107)	(2.332)	(1.028)	(66)	(47)	(15.173)	(15)	(115)	(18.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	31.232	2.224	107	380	38.132	2.654	823	77.195
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	-	639	39.597
Adições	240	4.956	416	5	457	40.795	-	331	47.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	-	(67)	(4.818)
Adições	(79)	(1.906)	(1.012)	(65)	(39)	(8.886)	-	(108)	(12.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	610	11.976	3.024	168	427	52.884	-	795	69.884
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	-	10	

Em 31 de dezembro de 2023, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de “impairment” realizada em 31 de dezembro de 2023.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Adições (b)	287.455	224.346	-	2.208	514.009
Transferências	(43.656)	43.634	-	22	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>402.103</u>	<u>1.787.075</u>	<u>1.136.335</u>	<u>5.334</u>	<u>3.330.847</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(138.901)	(97.849)	(246)	(236.996)
Adições	-	(107.686)	(37.878)	(129)	(145.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>(246.587)</u>	<u>(135.727)</u>	<u>(375)</u>	<u>(382.689)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.540.488	1.000.608	4.959	2.948.158
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Intangível em rodovias – obras e serviços – em andamento (i)	Intangível em rodovias – obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Adições (b)	148.375	275.221	-	573	424.169
Transferências	(208.904)	208.904	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.304</u>	<u>1.519.095</u>	<u>1.136.335</u>	<u>3.104</u>	<u>2.816.838</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Adições	-	(85.379)	(37.877)	(151)	(123.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>(138.901)</u>	<u>(97.849)</u>	<u>(246)</u>	<u>(236.996)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.380.194	1.038.486	2.858	2.579.842
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.

(b) As principais adições do exercício estão representadas pela duplicação da SP 294, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos de tecnologia, entre outros.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de “impairment” realizada em 31 de dezembro de 2023.

11. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2022	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Equipamentos operacionais	748	1.102	-	(607)	1.243
Instalações e edificações	1.864	3.249	(1.270)	(1.332)	2.511
Veículos	4.270	7.235	-	(5.045)	6.460
Total	<u>6.882</u>	<u>11.586</u>	<u>(1.270)</u>	<u>(6.984)</u>	<u>10.214</u>

	Saldo em 31/12/2021	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Equipamentos operacionais	1.852	297	-	(1.401)	748
Instalações e edificações	1.680	1.210	(446)	(580)	1.864
Veículos	8.868	569	-	(5.167)	4.270
Total	<u>12.400</u>	<u>2.076</u>	<u>(446)</u>	<u>(7.148)</u>	<u>6.882</u>

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores - Obras	65.555	34.559
Fornecedores - Imobilizado	68	756
Fornecedores - Serviços	<u>22.090</u>	<u>11.815</u>
Total	<u>87.713</u>	<u>47.130</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
BNDES	IPCA	5,21%	687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094
Total			<u>687.575</u>	<u>300.000</u>	<u>101.338</u>	<u>(46.819)</u>	<u>1.042.094</u>
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2022
BNDES	IPCA	5,21%	630.331	-	93.937	(36.693)	687.575
Total			<u>630.331</u>	<u>-</u>	<u>93.937</u>	<u>(36.693)</u>	<u>687.575</u>
						<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante						2.158	1.761
Não circulante						<u>1.039.936</u>	<u>685.814</u>

- (i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023.

- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B).

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2023 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2023
Partes relacionadas (ii)			581.694	-	56.131	-	-	637.825
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	384.058	-	41.942	(20.203)	-	405.797
Total			965.752	-	98.073	(20.203)	-	1.043.622

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2022
Partes relacionadas (ii)			530.167	-	51.527	-	-	581.694
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	359.945	-	44.407	(19.444)	(850)	384.058
Total			890.112	-	95.934	(19.444)	(850)	965.752

							31/12/2023	31/12/2022
Circulante							722	843
Não circulante							1.042.900	964.909

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem “covenants” financeiro.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ônus de fiscalização	1.528	1.158
Outorga variável	9.350	7.979
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	42.381	23.865
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	137.544	-
Total	<u>190.803</u>	<u>33.002</u>

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.
- (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia já havia consumido o montante de R\$110.490 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$137.544.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e honorários	888	653
Encargos sociais e previdenciários	3.250	2.701
Provisão de férias	10.370	8.587
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	7.785	1.541
Total	<u>22.293</u>	<u>13.482</u>

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2023	31/12/2022
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4.164	3.112
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15.204	3.992
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.376	4.049
Impostos federais terceiros	1.082	334
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1.249	480
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	1.787	557
Total	<u>27.862</u>	<u>12.524</u>

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2023	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	13	45
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	153	11
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	Compartilhamento de despesas	281	-
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de despesas	1	-
Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	22	1.890
Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A.	Reembolso de despesas	-	208
Saldo em 31/12/2023		<u>541</u>	<u>2.154</u>

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2022	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	42	3
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	37	5
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	22	1.264
Saldo em 31/12/2022		<u>173</u>	<u>1.272</u>

Partes relacionadas (*)	Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	53	65
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	8	134
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	-	1
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	280	-
Winity S.A.	(583)	(545)
Pátria Infraestrutura IV	-	71
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(13.335)	(9.933)
	<u>(13.577)</u>	<u>(10.207)</u>

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, “supply chain”, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2023 em até R\$10.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Durante 2023, foram pagos R\$8.433 (R\$7.149 em 31 de dezembro de 2022) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. (“GIC Group”) - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R\$56.131.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	6.507	12.817
Adições e atualizações contratuais	11.586	2.076
Baixas de contrato	(1.270)	(446)
Juros provisionados	464	646
Pagamento de juros	(464)	(646)
Pagamento de principal	(7.198)	(7.940)
Total	<u>9.625</u>	<u>6.507</u>
Circulante	5.436	3.863
Não circulante	4.189	2.644

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2024	-	1.339
2025	2.074	655
2026 em diante	<u>3.251</u>	<u>1.261</u>
Total	5.325	3.255
Ajuste a valor presente	(1.136)	(611)
Passivo de arrendamento	<u>4.189</u>	<u>2.644</u>

	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez. 2026 em diante
IPCA				3,90%	3,50%	3,50%
<u>Ativo de arrendamento (i)</u>						
Balanço patrimonial	19.588	6.882	10.214	4.780	2.939	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	4.967	3.041	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>						
Balanço patrimonial	19.588	6.507	9.625	4.189	2.306	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	9.625	4.352	2.386	-
<u>Despesas financeiras (ii)</u>						
Balanço patrimonial		638	464	387	191	945
Fluxo com projeção		638	464	402	197	978
<u>Despesas de depreciação (i)</u>						
Balanço patrimonial		7.148	6.984	5.434	1.842	2.939
Fluxo com projeção		7.148	6.984	5.656	1.906	3.041

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de depreciação.

(ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2023
Provisão para manutenção	156.226	71.084	(58.392)	168.918
Atualização pela inflação – IPCA (a)	42.763	29.764	-	72.527
AVP	(21.904)	7.456	-	(14.448)
	<u>177.085</u>	<u>108.304</u>	<u>(58.392)</u>	<u>226.997</u>
Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2022
Provisão para manutenção	60.830	104.280	(8.884)	156.226
Atualização pela inflação – IPCA (a)	11.090	31.673	-	42.763
AVP	(12.466)	(9.438)	-	(21.904)
	<u>59.454</u>	<u>126.515</u>	<u>(8.884)</u>	<u>177.085</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante	139.515	119.142
Não circulante	87.482	57.943

- (a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída.

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para riscos trabalhistas	3.171	1.210
Provisão para riscos cíveis	11.711	7.848
Total	<u>14.882</u>	<u>9.058</u>
<u>Mapa movimentação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	9.058	1.254
Adições (i)	5.865	7.451
Baixas	(2.161)	(1.092)
Atualização monetária	<u>2.120</u>	<u>1.445</u>
Saldo final	<u>14.882</u>	<u>9.058</u>

- (i) As adições ocorridas no exercício de 2023 possuem natureza cível (R\$4.437) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$1.428) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável.
- (ii) Para os processos prováveis a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 depósito judicial de R\$1.473, sendo R\$51 para processos cíveis e R\$1.422 processos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2022 o montante depositado era de R\$610 sendo totalmente para processos trabalhistas. O saldo dos depósitos judiciais refere-se à processos de desapropriação.

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$.11.836 (R\$6.919 em 31 de dezembro de 2022) e trabalhistas no montante de R\$.10.300 (R\$7.848 em 31 de dezembro de 2022) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2022), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	83.041	33.596
(-) Constituição de reserva legal	(4.152)	(1.680)
(=) Lucro líquido ajustado	<u>78.889</u>	<u>31.916</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	789	319

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída reserva legal de R\$4.152. Em 31 de dezembro de 2022 a constituição da reserva legal foi de R\$1.680.

d) Reserva de retenção de lucros:

A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2023 foi adicionada à reserva de lucros no montante de R\$78.100.

Em 31 de dezembro de 2022, a constituição realizada foi de R\$31.597.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a)	997.181	889.515
Receitas com construção	466.433	392.430
Receita acessória (b)	<u>4.638</u>	<u>4.590</u>
Receita bruta	1.468.252	1.286.535
Deduções da receita	<u>(86.153)</u>	<u>(76.983)</u>
Receita líquida	<u>1.382.099</u>	<u>1.209.552</u>

(a) A partir de 4 de junho de 2023 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 4,2%.

(b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	<u>1.001.819</u>	<u>894.105</u>
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(30.057)	(26.824)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(6.512)	(5.811)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	<u>(49.584)</u>	<u>(44.348)</u>
	<u>(86.153)</u>	<u>(76.983)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo dos serviços prestados:		
Custo de obra	(466.433)	(392.430)
Provisão para manutenção (a)	(100.849)	(104.280)
Pessoal	(86.279)	(69.165)
Conservação e manutenção	(46.846)	(61.615)
Serviços de terceiros (b)	(47.425)	(55.983)
Seguros	(6.234)	(4.580)
Depreciações e amortizações	(169.001)	(139.188)
Poder concedente (c)	(84.694)	(75.541)
Locações de imóveis e máquinas	(4.007)	(4.121)
Outras despesas operacionais	<u>(13.197)</u>	<u>(12.102)</u>
Total	<u>(1.024.965)</u>	<u>(919.005)</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas administrativas:		
Provisão para riscos processuais	(5.982)	(6.358)
Pessoal	(22.604)	(14.064)
Conservação e manutenção	(1.152)	(1.011)
Serviços de terceiros	(17.845)	(14.514)
Depreciações e amortizações	(2.559)	(3.466)
Locações de imóveis e máquinas	(24)	-
Outras despesas operacionais	(2.771)	(3.041)
Total	<u>(52.937)</u>	<u>(42.454)</u>

- (a) A Constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos Trabalhos Iniciais (PII – Programa Intensivo Inicial).
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa nº 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Provisão para manutenção - AVP	3.253	9.438
Receita de aplicações financeiras	70.628	13.249
Outros	1.547	333
Total	<u>75.428</u>	<u>23.020</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(180.174)	(119.381)
Provisão para manutenção - AVP	(10.709)	(31.673)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(19.237)	(18.058)
Juros de arrendamento	(464)	(646)
Despesas bancárias	(36.254)	(24.162)
Atualização processos judiciais	(2.120)	(1.445)
Outras despesas financeiras	(4.193)	(2.347)
Total	<u>(253.151)</u>	<u>(197.712)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(177.723)</u>	<u>(174.692)</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Lucro básico/diluído por ação</u>		
Lucro líquido do período	83.041	33.596
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	969.857
Lucro básico	0,086	0,035
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de debêntures	65.965	71.442
Lucro diluído	0,080	0,032

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2023, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	2.107.895	1.694.743
Caixa e equivalentes de caixa	(562.216)	(212.552)
Aplicações financeiras vinculadas	(43.343)	(32.549)
Dívida líquida	<u>1.502.336</u>	<u>1.449.642</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.136.728</u>	<u>1.054.476</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,32</u>	<u>1,37</u>

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R\$ 17.353 para empréstimos e financiamentos e de R\$ 4.826 para debêntures em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 32.890 para empréstimos e financiamentos e de R\$ 8.526 para debêntures em 31 de dezembro de 2022), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme quadro a seguir:

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	562.216	212.552
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	43.343	32.549
Contas a receber	Custo amortizado	61.983	58.041
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	541	173
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	87.713	47.130
Empréstimos e financiamentos (iii e iv)	Custo amortizado	1.059.447	720.465
Debêntures (v)	Custo amortizado	410.571	392.530
Debêntures - partes relacionadas (vi)	Custo amortizado	637.877	581.748
Credor pela concessão	Custo amortizado	190.803	33.002
Partes relacionadas	Custo amortizado	2.154	1.272

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Os valores apresentados não consideram o saldo de custo de captação para cada uma das operações.
- (iv) O saldo referente ao custo de captação é de R\$ 17.353 em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 32.890 em 31 de dezembro de 2022.
- (v) O saldo referente ao custo de captação é de R\$ 4.774 em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 8.472 em 31 de dezembro de 2022.
- (vi) O saldo referente ao custo de captação é de R\$ 52 em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 54 em 31 de dezembro de 2022.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2024	2025	2026	2027	2028 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	446.493	3.798.865	-	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	191.383	1.628.333	-	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	410.571	747.820	21.231	33.635	34.524 102.04	21.448 101.27	636.983
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.059.447	2.668.852	53.216	99.466	0	7	2.312.853
		<u>2.107.894</u>	<u>8.843.870</u>	<u>74.447</u>	<u>133.101</u>	<u>136.563</u>	<u>122.725</u>	<u>8.377.034</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/12/2023	Cenário I - provável	Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	562.216	65.498	49.138	32.777
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	43.343	5.049	3.788	2.527
Operação	Risco	Saldo 31/12/2023	Cenário I - provável	Valorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	410.571	18.311	22.910	27.467
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.059.447	47.251	59.117	70.877

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,65%	-	-	8,74%	5,83%
IPCA (b)	4,46%	5,58%	6,69%	3,35%	2,23%

- (a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2023. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 17 de janeiro de 2024.
- (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2023. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 29 de dezembro de 2023.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2023, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2024
Riscos nomeados e operacionais	224.000	Até julho de 2024
Veículos - frota	94.690	Até julho de 2024
D&O	50.000	Até agosto de 2024
Risco de engenharia	583.086	Até junho de 2025
Seguro garantia	1.481.935	Até junho de 2024
Fiança Locatícia	1.258	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	37.100	Até abril de 2025
Garantia judicial	1.299	Até agosto de 2028

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2024, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$889 milhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão.

Os investimentos previstos para 2024 estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$2,2 bilhões.

Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO₂e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário.

A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas.

As compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2025), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	11	11.586	2.076
Receita de construção	23	466.433	392.430
Custo de construção	24	(466.433)	(392.430)
Capitalização de juros	10/14	-	(51.582)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	10	(30.996)	7.256
Aquisição de imobilizado (a)	9	688	538

(a) Valores pagos/creditados no exercício referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 28 de fevereiro de 2024, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.